

## ORIENTAÇÃO Nº 8

### Elaboração do Plano de Atividades e Orçamento anual e do R&C | Ano 2016 e seguintes

Dentro da linha de atuação que venho seguindo no sentido de que atividade da Ordem dos Engenheiros esteja devidamente enquadrada por orientações claras, no que respeita obrigações legais e a calendarizações, divulgo a presente ORIENTAÇÃO que visa estabelecer normas para a elaboração do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e Relatório de Gestão e Contas de cada exercício, e que resulta de um exercício partilhado com a Direção Administrativa e Financeira.

A pertinência deste documento, para além da sua necessidade na organização, também se justifica pelas imposições do novo Estatuto que estabelece datas para que a Assembleia de Representantes delibere sobre o PAO (de acordo com o art.º 39º, nº 6, alínea a), do novo Estatuto, a Assembleia de Representantes (AR) reúne até 20 de dezembro de cada ano para deliberar sobre o PAO do Conselho Diretivo Nacional), tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal Nacional (CFN), e até 25 de março, para aprovação do R&C, de acordo com o art.º 39º, nº 6, alínea a), do novo Estatuto e outras competências do Conselho Diretivo Nacional.

Recorda-se que, com o novo Estatuto, ( nº 5 do Art.º 39º) *competete, em especial à Assembleia de Representantes tomar conhecimento do **orçamento e das contas anuais da Ordem, que incluem os orçamentos e as contas do conselho diretivo nacional e das regiões, para efeitos de cumprimento de obrigações legais, acompanhados do parecer do conselho fiscal nacional, para o que é crucial que o CDN receba atempadamente as contas das Regiões, já aprovadas, por forma a cumprir os prazos a que está obrigada.***

Para além do atrás referido, é relevante salientar que, nos termos da alínea h) do nº 3 do Art.º 40º, **é competência do Conselho Diretivo Nacional elaborar o orçamento e as contas anuais da Ordem, que incluem os orçamentos e as contas do conselho diretivo nacional e das regiões, para efeitos de cumprimento de obrigações legais, acompanhados do parecer do conselho fiscal nacional, e dar conhecimento à assembleia de representantes.**

É, pois, necessário que todos os órgãos eleitos com atividade e planos de ação previstos para o ano seguinte, bem como todos os departamentos e estruturas internas que constituem centros de custo, fiquem cientes e apresentem atempadamente as suas intenções e estimativas de gastos que lhes estão associados pois, como é do vosso conhecimento, o Plano de Atividades é elaborado de acordo com as orientações ou diretrizes emanadas pelo Conselho Diretivo Nacional (CDN) e resulta dos planos de ação para os mandatos, tendo associado um Orçamento que a DAF elabora com base nos “inputs” recebidos. Muito embora o Orçamento seja uma previsão de rendimentos e gastos, é crucial que seja fiável e próximo da realidade, pois é nele que se baseia o controle orçamental do exercício.

A par das previsões dos órgãos nacionais, também é indispensável que o CDN disponha atempadamente das contas correntes das Regiões (gastos/rendimentos imputados), com valores atualizados.

Com efeito, o PAO de um próximo exercício, previamente à sua aprovação, deve ser objeto de prévias orientações de enquadramento e posteriormente apreciado e discutido pelo Conselho Diretivo Nacional, pelo que têm de ser garantido o cumprimento de prazos de recolha de informações, bem como as calendarizações subsequentes.

Por outro lado, a elaboração do Relatório de Gestão e Contas (R&C) de cada exercício deve constituir um momento alto da nossa responsabilidade perante os membros (sócios da organização), a quem estamos obrigados a relatarmos exaustivamente e a prestar contas de tudo o que fizemos durante o exercício, pelo que a sua elaboração de constituir um momento de reflexão e síntese, também dentro de calendários adequados que permitam a elaboração do documento com a necessária tranquilidade.

Assim, o Conselho Diretivo Nacional entende transmitir a presente ORIENTAÇÃO que terá de passar a ser escrupulosamente cumprida e ser amplamente divulgada por todos os centros de custo e demais órgãos envolvidos, ficando disponível na pasta de acesso público no Servidor da Ordem dos Engenheiros.

## **Plano de Atividades e Orçamento (PAO) - Datas e passos chave no processo de elaboração**

De acordo com o art.º 39º, nº 6, alínea c), do novo Estatuto, a Assembleia de Representantes (AR) reúne até 20 de dezembro de cada ano para deliberar sobre o PAO do CDN, tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal Nacional (CFN), para o que se estipulam os seguintes passos e prazos:

1. Pedido de dados, planos de ação e estimativas de gastos aos órgãos eleitos e demais centros de custo – até 30 de agosto
2. Recolha de orientações (articulação DAF/CDN) e receção dos dados e informações dos centros de custo – até 15 de setembro
3. Fase de preparação do Plano de Atividades e Orçamento e envio ao Conselho Diretivo Nacional – até 15 de outubro
4. Aprovação pelo Conselho Diretivo Nacional – na reunião imediata, ou seja, até 30 outubro, se necessário, em reunião extraordinária
5. Divulgação no Portal e apelo a eventuais Contributos (Consulta pública/15 dias) – 2 primeiras semanas de novembro
6. Reapreciação pelo Conselho Diretivo Nacional – 3ª semana de novembro
7. Envio e reunião com o Conselho Fiscal Nacional (ROC) para parecer – até ao final da 1ª semana de dezembro (15 dias)
8. Aprovação pela Assembleia de Representantes \* – até 20 de dezembro

(\*) - O Secretário Geral e o DAF, ficam conjuntamente responsáveis para alertarem o CDN para a necessidade de proceder atempadamente ao agendamento e emissão de Convocatória e Ordem de Trabalhos para esta reunião da Assembleia de Representantes

## **Relatório de Gestão e Contas (R&C) - Datas e passos chave no processo de elaboração**

De acordo com o art.º 39º, nº 6, alínea b), do novo Estatuto, a Assembleia de Representantes (AR) reúne até 25 de março de cada ano para deliberar sobre R&C do CDN, tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal Nacional (CFN), para o que se estipulam os seguintes passos e prazos, sendo que as datas se referem ao ano seguinte:

1. Reuniões com a Direção para análise dos resultados preliminares do exercício e recolha de orientações para conteúdos – até 15 de janeiro
2. Fase de preparação do *draft* do documento e data limite para entrega ao Conselho Diretivo Nacional – até 31 de janeiro
3. Aprovação pelo Conselho Diretivo Nacional – na reunião imediata, ou seja, em fevereiro, se necessário, em reunião extraordinária
4. Envio e reunião com o Conselho Fiscal Nacional (ROC) para parecer – até final de fevereiro do ano seguinte
5. Divulgação no Portal e informação aos Membros – início de março do ano seguinte (durante 15 dias)
6. Aprovação pela Assembleia de Representantes \* – até 25 de março, de acordo com o art.º 39º, nº 6, alínea b), do novo Estatuto

### **NOTAS:**

(\*) - O Secretário Geral e o DAF, ficam conjuntamente responsáveis para alertarem o CDN para a necessidade de proceder atempadamente ao agendamento e emissão de Convocatória e Ordem de Trabalhos para esta reunião da Assembleia de Representantes

(\*\*) O Diretor Administrativo e Financeiro fica obrigado a apresentar anualmente, até ao dia 15\* de julho de cada ano, um planeamento detalhado e ajustado às circunstâncias (em termos de 52 semanas/ano e datas chave), para divulgação interna e junto das Regiões, como recordatória que permita cumprir as metas e calendários atrás referidos.

Lisboa, 22 de julho de 2016

Carlos Alberto Mineiro Aires

Bastonário